

MURA

Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal





Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design gráfico: Câmara Municipal de Moura | Gabinete Comunicação e Relações Públicas

Impressão: Gráfica Limitada

Tiragem: 100 exemplares

Depósito Legal: 489706/21

ISSN: 2184-9587

Nota de Abertura

As lendas, os mitos, as pequenas grandes histórias que fomos ouvindo os nossos pais e avós contarem, fazem parte da nossa memória colectiva e ajudam-nos a construir o nosso sentimento de pertença a esta comunidade. Quem não ouviu falar na importância que Moura teria durante o período Romano? Qual o habitante do nosso concelho que não conhece de cor a lenda da Moura Salúquia? Quase todos nós já ouvimos, com certeza, uma das muitas histórias que aludem aos supostos tesouros escondidos na Serra da Adiça. Também nos será extremamente difícil encontrar um único conterrâneo que não tenha conhecimento dos actos heróicos dos moradores de Santo Aleixo, durante as guerras da Restauração e da Sucessão Espanhola.

A História e a Arqueologia, não tendo como papel fundamental desmentir ou confirmar os mitos e lendas, ajudam-nos, por vezes, a encontrar explicações plausíveis para a sua origem. Foi assim que descobrimos que uma “Salúquia” efetivamente existiu. Não seria, contudo, uma bela alcaidessa, mas sim a designação da torre principal do sistema defensivo muçulmano de Moura. Também as lendas das riquezas e tesouros escondidos da serra da Adiça poderão ter origem na intensa ocupação humana e exploração dos seus abundantes recursos mineiros, pelo menos, desde a Idade do Bronze. Também a relevância tradicionalmente apontada à Moura Romana, recomeça a fazer sentido, embora não exatamente nos mesmos moldes que Fragoso de Lima defendeu no século passado.

Mesmo acontecimentos históricos reais, como os acontecidos em Santo Aleixo da Restauração, são muitas vezes tratados de forma a adequarem-se a determinados propósitos, colocando a ênfase em certos aspectos, em detrimento de outros. Todos conhecemos e reconhecemos a resiliência e capacidade de sacrifício dos Santo Aleixenses, mas como seria também o dia a dia de um morador no concelho de Moura e em particular na então Vila, durante esses períodos tão conturbados?

Como já disse, os historiadores e os arqueólogos não determinam os assuntos que abordam nos seus trabalhos de investigação com o intuito de confirmar ou desmentir lendas e mitos. A nossa intenção é reconstituir o passado da forma mais exaustiva e abrangente possível, muitas vezes chamando a atenção para temas como a escravatura no período moderno, que já se desvaneceram da nossa memória, mas que devido à sua relevância têm de ser devidamente tratados e destacados.

A pouco e pouco, os resultados de anos de trabalhos arqueológicos e estudo dos materiais recuperados, das incontáveis horas dedicadas à leitura de documentos nos arquivos locais e nacionais, vão dando os seus frutos. Em boa hora a Câmara Municipal de Moura decidiu avançar com a publicação da Revista Lacant, como forma de dar “guarida” ao muito que, felizmente, se vai fazendo por cá, nestas áreas.

E há ainda tanto por fazer e descobrir.

Para a História da Moura Romana

José d'Encarnação

Professor Catedrático Jubilado, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e
Ciências do Património da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

Introdução

A iniciativa levada a cabo, em 1990, por Santiago Macias, que se consubstanciou em melhor apresentação do espólio arqueológico guardado no Museu Municipal, acompanhada pela elaboração do seu catálogo impresso – *Moura na Época Romana* –, muito terá contribuído para dar a conhecer o que de Moura e do seu termo se conhecia no âmbito do período em que foi habitada pelos Romanos.

Não podemos esquecer também o labor ingente que Fragoso de Lima aí levou a cabo e o Município mourense não tem deixado os seus créditos por mãos alheias, nesse âmbito de divulgação da história local e da preservação dos seus significativos monumentos. Importará, porventura, dar seguimento a esse n.º 1 (1990) dos Cadernos do Museu Municipal de Moura.

No que concerne aos monumentos epigráficos romanos, o ponto da situação feito nessa data foi, em 2019, actualizado pelo catálogo RCBM 2019.

A inscrição a Agripina | Fig. 1

Discute-se, como se sabe, o nome que Moura poderia ter havido no tempo dos Romanos. A proposta, sustentada por André de Resende, de se lhe ter dado o nome de *Nova Civitas Aruccitana* radica na interpretação menos correcta da sigla N que surge na conhecidíssima inscrição dedicada a Agripina.

Integrada desde há muito na parede da cerca do convento das religiosas do Castelo e tida, por isso, como placa, acabou por verificar-se, após a retirada, que era um cipo paralelepípedo de 92 cm de altura por 57 de largura e 52 de espessura. Por não ter na face superior vestígios que levassem à ideia de haver sustentado uma estátua, ter-se-á posto de parte essa hipótese, o que, no entanto, poderá vir a retomar-se, atendendo a que um busto ou uma estátua sentada poderia não carecer de elementos de preensão específicos, se é que, a terem existido, não poderão ter desaparecido com o reaproveitamento do bloco como pedra de construção.

O que interessa, todavia, salientar é que essa inscrição foi dedicada a Agripina Maior, data do ano 37 e é passível de integrar-se no amplo movimento de reabilitação dos seus familiares, empreendido pelo imperador Calígula. A sigla N – que fora interpretada como de *Nova* – deve ser lida como N(*eptis*), ‘neta’. O facto de a homenageada vir identificada como *Augusti neptis* (neta de Augusto) reforça a ligação que Calígula desejava mostrar com o fundador do Império, pelo lado de sua mãe. Não estamos, por conseguinte, perante uma *Nova Civitas Aruccitana*; a iniciativa da homenagem partiu da *Civitas Aruccitana*, que – atendendo, por exemplo, à persistência toponímica – mais plausível se torna identificar com a povoação espanhola vizinha, Aroche de seu nome.

Poder-se-á sempre argumentar com um testemunho como o de *Conimbriga*: o topónimo foi dado não ao local onde a cidade romana se desenvolveu mas àquele para onde o bispo se retirou, Coimbra. O mesmo se poderia ter passado: seria Moura a *civitas Aruccitana* e foi Aroche quem lhe herdou o nome.

Não parece, contudo, que se careça de lançar mãos a essa hipótese, de que não se encontram argumentos para justificar. A proposta de Joan Carbonell e Helena Gimeno (2016), que procuraram consultar tudo o que havia para consultar, nomeadamente acerca do convento e da sua acção sociocultural, é que nada impede que, em vez de esse monumento ter sido erguido em Aroche e ter sido trasladado, em determinada época, para Moura, como mero material de construção, a pedra possa ter mesmo sido gravada e solenemente colocada em Moura. Independentemente de o dedicante ser a *civitas Aruccitana*, cuja identificação com Aroche não padece dúvida. Moura seria, já então, preconizam Joan Carbonell e Helena Gimeno, uma cidade importante e, para os habitantes de *Arucci*, erguer em Moura um monumento em honra de Agripina não lhes causaria engulhos nem pruridos de notabilidade. Aliás, até pode pensar-se que, dada a importância da romana Moura, de tal gesto lhes poderiam advir dividendos. Já se voltará a este argumento.

Da Lusitânia ou da Bética?

Houve ocasião de dar a conhecer outros achados epigráficos.

Assim, no meio de um enchimento recente, aquando dos trabalhos de acompanhamento arqueológico do Posto de Recepção ao Turista, no castelo, dirigidos por José Gonçalo Valente, achou-se uma placa epigrafada, de mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa, praticamente intacta, com 55,5 cm de largura, 86 de comprimento e 15 de espessura (Fig. 2).

Traduzida, a inscrição diz o seguinte (copia-se da publicação, de 2012):

“A Marco Numísio (?) Calvíso, de setenta anos, a Lúcio Numísio (?) Apro, de quarenta e um anos – Emília Ânula, filha de Quinto, ao marido e ao filho; Marco Numísio (?) Máximo, ao pai e ao irmão mandaram fazer. Rogamos, transeunte, que digas: que a terra vos seja leve!”

Estamos, pois, perante a placa, mui verosimilmente, de um jazigo de família, a mostrar a ligação entre uma família Numísia (coloca-se um ponto de interrogação, porque esse nome vem em sigla e pode, por isso, ter outra interpretação) e a família Emília. Partiu da mãe a iniciativa de perpetuar a memória do marido e do filho e a ela se associou o outro filho (porventura, o mais velho). O texto denuncia que ambas as famílias estariam já bem romanizadas e denunciando uma cultura fora do comum, nomeadamente se tivermos em conta a utilização, em sigla, de uma fórmula rara na epigrafia da Lusitânia: o pedido ao transeunte que diga “que a terra te seja leve”.

Gente bem latina; arriscar-nos-íamos até a chamá-los de colonos. E, tendo em conta a molduração e o tipo de letra, poderão apontar-se os meados do século I d. C. para a datação.

Uma segunda epígrafe, de mais de meio metro de largura por quase 60 cm de comprimento, foi exumada na Primavera de 2011, também no decorrer da escavação do castelo de Moura. Estava numa ara funerária romana, igualmente de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa (Fig. 3).

Segundo os investigadores que a estudaram, o seu texto diz, em português:

“Consagrado aos deuses Manes. *Ceplca* (?) Maria viveu 60 anos. Meilo, liberto, herdeiro, mandou fazer à mãe. Aqui jaz. Que a terra te seja leve”.

No comentário paleográfico aponta-se que deve ter havido má interpretação, por parte de quem gravou o texto, da minuta que lhe foi entregue ou do ditado que lhe foi feito. *Ceplca* é, de facto, um nome estranho; *Moecilus* é antropónimo que não está documentado. Por outro lado, na l. 7, foi grafado, claramente, MALRI, que deverá interpretar-se MATRI, e, de seguida, está EA C – interpretação errónea por FA (*ciendum*) C(*uravit*).

Note-se que o facto de o monumento ter moldura decorada com motivos vegetalistas, em jeito de folhas de acanto estilizadas, levou os editores a afirmar que assim se “demonstra perfeitamente uma situação que noutras ocasiões se verifica: há um suporte bonito, de fino recorte clássico, dentro dos padrões

estéticos mais ostentosos vigentes na zona; há quem detenha poder económico para o adquirir, mormente [...] por ter recebido herança com essa finalidade, até (quicá!) por disposição testamentária [...]; mas a esse poder económico – efectivo ou temporário – não corresponde idêntico elevado grau de alfabetização”.

Sabe-se que este território da margem esquerda do Guadiana tem sido alvo de polémica no que concerne à sua pertença administrativa no tempo dos Romanos: há quem persista em a incluir na província da Lusitânia e quem preconize que deverá, antes, ter pertencido à Bética.

A questão foi de novo levantada em 2020 e um dos argumentos aduzidos por Manuela Alves-Dias prende-se com o epitáfio de *Asinia Priscilla*, achado no Castro dos Ratinhos (Fig. 4).

Há aí, de novo, a utilização de siglas e abreviaturas passíveis de se desdobrarem de várias maneiras. Por exemplo, se PAC será, sem dúvida, *Pac(ensis)*, já C R poderá ser *c(oniux) r(arissima)* ou *c(ivis) R(omana)*. O mais normal será aceitar *c(ivis) R(omana)*, ainda que a autora conclua que essa expressão denuncia estarmos perante epígrafes tardias, numa época em que as pessoas necessitavam de afirmar a sua posição jurídica e social, servindo-se de palavras e abreviaturas latinas antigas mas com novo sentido (p. 179). Assim, opina que foi necessário afirmar que Priscila era “Pacense”, por se encontrar fora do território pacense.

A opinião contrária alicerça-se no facto de estar demonstrada a existência de duas comunidades em *Pax Iulia*, uma de raiz indígena e outra constituída pelos colonos¹; daí que Priscila tivesse querido vincar a sua condição de cidadã romana pacense – e, portanto, Moura terá pertencido ao *conventus Pacensis*, na Lusitânia.

O recente achado dum lintel romano | Fig. 5

Ocorreu, entre os anos 40 e 60 do século XX, a demolição do bairro intramuros do castelo de Moura e de grande parte das estruturas do convento de N^a. Sra. da Assunção. Entre os materiais pétreos guardados no castelo identificou-se um elemento arquitetónico epigrafado, do período romano.

Trata-se dum fragmento de lintel, de mármore de São Brissos-Trigaches, de formato paralelepípedo, com 70 cm comprimento, 12 de altura e 21,5 de largura, com a seguinte inscrição, que completámos por constituir fórmula corrente no Império romano:

IN HONOREM DOMV[S] [DIVINAE] [...]

A expressão “Em honra da Casa Divina” assim usada no lintel de um edifício mostra, sem lugar para dúvida, que esse edifício exerceria papel relevante na cidade: um templo ou um edifício público em

¹ Encarnação 2011 93-96 e 2014 20-22

geral. Suspeita-se que poderia vir depois mencionado o imperador ou imperadores que assim se pretendiam homenagear e – porque o promotor não queria deixar, também ele, os seus créditos por mãos alheias – ter-se-ia também a sua identificação, quer fosse particular quer a própria comunidade local, porventura tendo-se cotizado para pagar as despesas com a construção.

Referia-se atrás a bem provável importância de Moura romana. Como vimos, Joan Carbonell e Helena Gimeno até nem terão desdenhado de pôr a hipótese de ter sido mesmo em Moura (e não em Aroche) que a *civitas Aruccitana* homenageou Agripina... Não o confessam expressamente, mas consideram que “os argumentos expostos” defendem a presença em Moura da inscrição a Agripina desde mui recuados tempos; sugerem, aliás, que a palavra *civitas* poderá referir-se às “diversas *gentes* ou *populi* que o conformavam, cujo centro administrativo poderia estar – porque não? – em *Arucci* (San Mamés)”. E aduzem como paralelos o caso da inscrição do chamado “padrão dos povos” de Chaves ou o da ponte de Alcântara, em que houve intervenção de vários povos. E chegam a perguntar:

“¿Hubo obras de infraestructura viaria que no conocemos que beneficiaban a las distintas *gentes* que pertenecían a la *civitas Aruccitanorum*?” (p. 337).

Ora, nesse âmbito, esta aparentemente modesta linha, ainda por cima incompleta, confirma cabalmente a relevância de Moura e poderá constituir – quando se encontrarem mais fragmentos – a obra (ou uma das obras) que Carbonell e Helena Gimeno postulariam como hipótese.

Na verdade, e fazemo-nos eco aqui do que se escreveu em 2021, “a expressão *In honorem Domus Divinae* costuma encimar monumentos públicos mandados fazer por magistrados locais, que, para sensibilizarem, de certo modo, o poder central, decidem mandar gravá-la a anteceder o texto em que especificam o monumento erigido e as circunstâncias em que o foi”.

Houve ocasião, na altura, de citar dois testemunhos peninsulares: um, de Burguillos del Cerro, Badajoz, em que o construtor de umas termas (*balineum aedificavit*), o duúviro *Gaius Aufustus Modestus*, assim como o seu filho *Gaius Aufustus Avitus*, que as dedicou organizando um espectáculo circense, houveram por bem consagrar o edifício *in honorem Domus Divinae*; no outro, de Granátula de Calatrava, Ciudad Real, refere-se, sob a mesma dedicatória à casa imperial, que *Publius Baebius Venustus* gastou 25 000 sestércios, a pedido da ordem dos decuriões e do povo, para fazer uma ponte e promoveu a festa da sua inauguração, também ele com um espectáculo circense.

Os estudos levados a efeito pelos especialistas mostraram que, na província da *Britannia* (*grosso modo*, as Ilhas Britânicas), a fórmula *in honorem domus divinae* somente ocorre em quatro inscrições e que, do mais de meio milhar de testemunhos documentados até ao momento no mundo romano, no território da actual Bélgica se registou mais de uma centena. Sabe-se também que, rara até quase finais do século II, a fórmula torna-se comum no III e continua no IV.

Em conclusão

Manter-se-á a polémica acerca da pertença administrativa do território de Moura: se à Lusitânia, se à Bética. Vestígios dos tempos romanos não faltam e arriscamo-nos a que sejam cada vez mais eloquentes. Eloquentes em si, por mostrarem uma população bem entranhada nos hábitos romanos; eloquentes pelas deduções que dos textos poderão vir a fazer-se. E, nesse domínio, a descoberta deste fragmento de inscrição monumental (e quanto desejaríamos que dela se encontrassem mais fragmentos!...) resulta deveras significativa.

Sirvam, conseqüentemente, estes dados para mostrar que a Moura doravante se há-de dar ainda mais atenção no rol de sítios romanos de Portugal.

Fig. 1 – A inscrição a Agripina

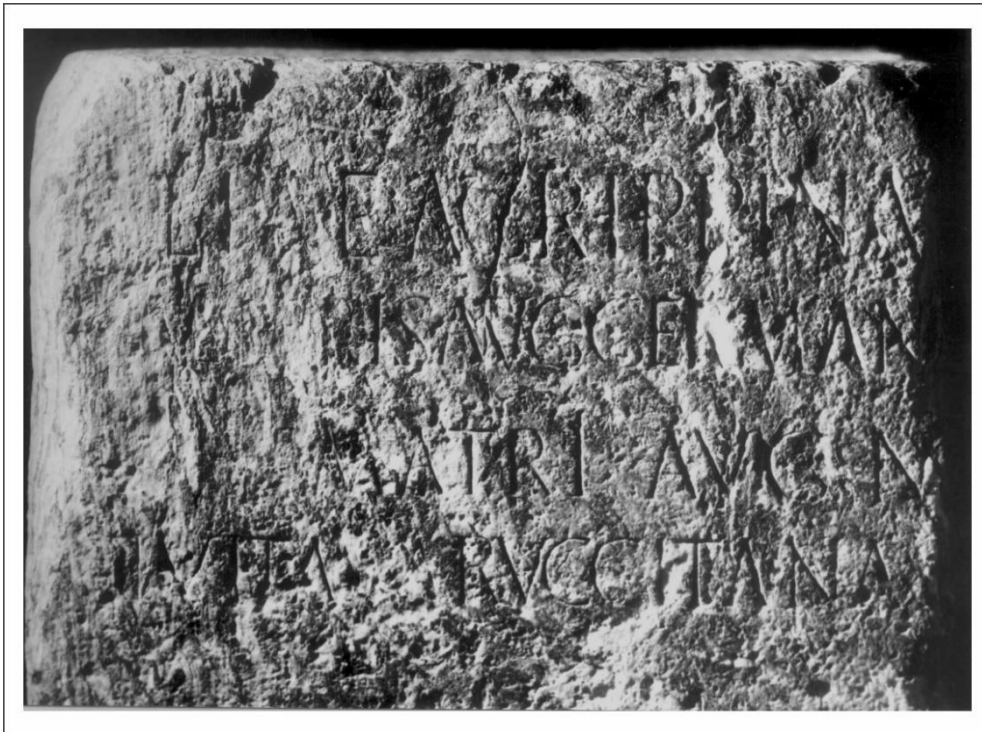


Fig. 2 – A placa do jazigo de família



Fig. 3 – A ara funerária de Maria



Fig. 4 – A ara de *Asinia Priscilla*



Fig. 5 – A inscrição do lintel



Bibliografia

ALFENIM, Rafael A., (1988), “Uma ara funerária do Castro dos Ratinhos (Moura)”, *Ficheiro Epigráfico* 26, inscrição nº 118.

ALVES-DIAS, Manuela, (2020) “André de Resende, *Fabia Prisca, Asinia Priscilla*”, in GASPAR (Catarina), GIMENO PASCUAL (Helena) e VICENT RAMÍREZ (Noelia) [coord.], *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos; Alcalá de Henares: Fundación General de la Universidad de Alcalá, p. 179-192 [sobretudo p. 185-191].

CARBONELL MANILS, Joan e GIMENO PASCUAL, Helena, (2016), “Epígrafes entre Moura, Aroche y Santiago de Compostela. A propósito de CIL II 963, 2548 y 2549”, in GONZÁLEZ GERMAIN (Gérard) [coord.], *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 319-341.

ENCARNAÇÃO, José d', (1989); “Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico”, *Conimbriga* 28, p. 157-167. <http://hdl.handle.net/10316/28708>

ENCARNAÇÃO, José d', (2011), “A propósito da epigrafia romana do País Valenciano”, *Studia Philologica Valentina* 13, n. s. 10, p. 91-104 (sobretudo p. 93-96). <http://hdl.handle.net/10316/15547>

ENCARNAÇÃO, José d', *et alii*, (2012), “Placa funerária romana de Moura (*Conventus Pacensis*)”, *Ficheiro Epigráfico* 103, nº 457. <http://hdl.handle.net/10316/21443>

ENCARNAÇÃO, José d', *et alii*, (2013), “Ara funerária romana de Moura (*Conventus Pacensis*)”, *Ficheiro Epigráfico* 104, nº 460. <http://hdl.handle.net/10316/21550>

ENCARNAÇÃO, José d', (2014), “Sociedade e cultura em *Pax Iulia*, através da epigrafia”, in GÓMEZ MARTÍNEZ (Susana) e MACIAS (Santiago) e LOPES (Virgílio) [coord.], *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*, Campo Arqueológico de Mértola, p. 16-29. <http://hdl.handle.net/10316/28431>

GASPAR (Catarina), GIMENO PASCUAL (Helena) e VICENT RAMÍREZ (Noelia) [coord.], (2020), *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa e Alcalá de Henares. http://baetica.letras.ulisboa.pt/?page_id=70&lang=pt

GASPAR (Catarina) e GIMENO PASCUAL (Helena), (2020), “Epigrafia del território bético en Portugal: Serpa”. In GASPAR, Catarina; GIMENO PASCUAL, Helena; e VICENT RAMÍREZ, Noelia [coord.], *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos; Alcalá de Henares: Fundación General de la Universidad de Alcalá, p. 147-177.

IRCBM 2019 = DIAS (M. M. Alves) *et alii*, *Inscrições Romanas dos Concelhos de Barrancos e Moura (Conventus Hispalensis, provincia Baetica)*, acessível em <http://baetica.lettras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2020/02/IRCBM.pdf> .

MACIAS (Santiago) [coord.], (1990), *Moura na Época Romana*, Câmara Municipal de Moura.

VALENTE (José Gonçalo), MACIAS (Santiago) e ENCARNAÇÃO (José d’), (2021), “Epígrafe monumental de Moura”, *Ficheiro Epigráfico* 213, inscrição n° 762. <http://hdl.handle.net/10316/94154>



LACANT

2022 | edição: Câmara Municipal de Moura

